

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

A componente específica da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), obrigatória para professores com menos de cinco anos de serviço que pretendam lecionar, entregue aos professores no passado dia 26 de março, possuía um erro no teste de Português de nível 1.

No item 1, da Parte II era solicitado aos docentes que escolhessem um dos textos narrativos literários contemplados no Programa do Ensino Básico ou nas Metas Curriculares de Português – Ensino Básico, e justificassem, fundamentadamente, o motivo da escolha para analisar os elementos constitutivos da narrativa com alunos do 2.^o Ciclo.

Sendo a prova direcionada para professores dos Grupos de Recrutamento: 110, 200, 210, 220 esta questão, que se centra, especificamente, nos conteúdos ministrados no 2.^o Ciclo, não devia ser colocada aos candidatos ao 1.^o Ciclo (Grupo 110).

Ainda que o Instituto de Avaliação Educativa tenha detetado o erro e disponibilizado tempo extra aos candidatos para eventual reformulação da resposta, com base em novos dados, há a indicação de que essa informação não chegou a todas as escolas, e que as escolas que a receberam só transmitiram a informação quando a prova estava praticamente terminada, com os vigilantes a prepararem-se para a respetiva recolha.

Com este deplorável episódio, confirma-se a necessidade de repor a equidade perante todos os candidatos.

Tudo quanto se disse não compromete a posição do GPPS no que se refere à insistência do Governo na continuação da realização da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades, mesmo depois do Senhor Provedor de Justiça ter apresentado incertezas quanto à validade e legalidade das decisões do atual executivo no que à PACC diz respeito.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer, através de V. Exa., ao

Sr. Ministro da Educação e Ciência resposta às seguintes questões:

1. Tendo o IAVE colocado em desigualdade os candidatos à docência, com danos irreparáveis no futuro profissional destes professores, pondera o MEC anular a referida prova?
2. Em nome da credibilidade e da confiança que os cidadãos devem depositar nas instituições do Estado, vai o MEC assacar responsabilidades e assumir a responsabilidade política dos sucessivos problemas com a aplicação da PACC?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 2 de Abril de 2015

Deputado(a)s

ODETE JOÃO(PS)

ACÁCIO PINTO(PS)

AGOSTINHO SANTA(PS)

CARLOS ENES(PS)

INÊS DE MEDEIROS(PS)

ELZA PAIS(PS)

LAURENTINO DIAS(PS)